



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL GERAL DO MUNICÍPIO

100
11

TERMO DE PARCERIA Nº 001/2021 - 191

TERMO DE PARCERIA Nº 001/2021, QUE
ENVOLVE O MUNICÍPIO DE
CORUMBÁ, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E
O INSTITUTO RURAL ESCOLA DAS ÁGUAS -
FANTANAL DO PALACIÃO.

O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Vazquez de Sá sob o nº 13 - Santa Dona Inês, inscrita no CNPJ nº 03.330.461/0001-20, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por seu titular Genilson Casavento de Aguiar, brasileiro, casado, professor, portador de Carteira de Identificação Civil nº 84281 00705, e inscrito no CPF nº 020.401-05, residente e domiciliado à Rua Emeralda, Quilômetro 01 - Casa 14, Santa Centro Aringa, neste Estado de Corumbá (MS), doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e o INSTITUTO RURAL ESCOLA DAS ÁGUAS - FANTANAL DO PALACIÃO, inscrito no CNPJ nº 08.019.200/0001-26, com sede na Fazenda Santa Rômica, s/nº, Pantanal do Valegato, Zona Rural de Corumbá - MS, representado por seu Presidente Sr. Reginaldo Farias Santos, brasileiro, portador da Carteira de Identificação Civil nº 0.054.939-7 00709, e inscrito no CPF sob o nº 004.543-1 00-08, residente e domiciliado à Rua Dona Proculiana Soares, nº43 - Ap 104 - Ar 10, Santa Cambuá, na cidade de Corumbá (MS), doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, resolvem celebrar o presente termo de parceria, fundado no que dispõe na Lei Complementar nº 301, de 04 de maio de 2000, nas disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 8.790, de 13 de março de 1999, conforme nova redação incluída pela Lei nº 13.304, de 14 de dezembro de 2015, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 1.749, de 06 de março de 2017, conforme o processo administrativo nº 12.925/1021, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo de parceria, decorrente do processo de inexistência de chamamento, tem por objeto a repasse de recursos visando viabilizar o funcionamento e manutenção da EMRF - SÃO LOURENÇO EXPANSÃO SANTA RÔMICA para o ano letivo de 2021, conforme detalhado no Plano de Trabalho (ANEXO ÚNICO), parte integrante e indissociável deste instrumento.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

(Handwritten signatures and initials)